



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



APRESENTAÇÃO

As contratações públicas municipais possuem características próprias. Municípios de diferentes portes, capacidades administrativas, estruturas de pessoal, realidades econômicas e condições territoriais enfrentam diariamente o desafio de aplicar um mesmo conjunto de normas a contextos profundamente distintos.

Por essa razão, compreender a Lei nº 14.133/2021 no âmbito municipal exige mais do que conhecer seus dispositivos. É necessário compreender como transformar a legislação em soluções administrativas juridicamente seguras, economicamente eficientes e compatíveis com a realidade de cada Município.

O curso “Contratações Públicas Municipais” foi concebido a partir dessa perspectiva. Em vez de reproduzir uma abordagem geral da Lei de Licitações e Contratos, propõe discutir os problemas que efetivamente chegam às Prefeituras, Câmaras Municipais, autarquias, fundações, fundos e demais estruturas da Administração Pública local.

Durante 14 (quatorze) horas serão examinados planejamento, licitações, Sistema de Registro de Preços, contratações diretas, credenciamento, contratos, obras e serviços de engenharia, recursos federais, terceirização, tecnologia, saneamento, desenvolvimento econômico local e outras situações recorrentes da Administração Municipal, conjugando legislação, jurisprudência dos Tribunais de Contas, boas práticas e casos concretos.

PÚBLICO-ALVO

- Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Procuradores, Assessores Jurídicos, Controladores Internos, Auditores, Agentes de Contratação, Pregoeiros, membros de Equipes de Apoio, servidores dos setores de compras e licitações, responsáveis pelo planejamento das contratações, gestores e fiscais de contratos, engenheiros, arquitetos, contadores, servidores das áreas requisitantes, profissionais que atuem com convênios e transferências de recursos, advogados, consultores e demais profissionais envolvidos direta ou indiretamente nas contratações públicas municipais.

CARGA HORÁRIA | 16 HORAS

MATERIAL DE APOIO



- **Material didático** com conteúdo exclusivo do evento



- **Certificado Geral** com carga horária de 16 horas ficará disponibilizado através da plataforma npevents.com.br



INSCREVA-SE





MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



OBJETIVO GERAL

- Capacitar agentes públicos e profissionais que atuam nas contratações municipais para planejar, instruir, selecionar, contratar, executar, fiscalizar e controlar contratações públicas sob a perspectiva da Lei nº 14.133/2021, considerando as particularidades estruturais, econômicas, administrativas e territoriais dos Municípios brasileiros.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender as peculiaridades da aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito municipal; identificar possibilidades legítimas de regulamentação, simplificação e racionalização dos procedimentos; aprimorar o planejamento das contratações; aperfeiçoar licitações e contratações diretas; utilizar adequadamente o Sistema de Registro de Preços e os procedimentos auxiliares; enfrentar contratações municipais setoriais e de maior complexidade; aperfeiçoar a gestão e fiscalização dos contratos; prevenir irregularidades e responsabilizações; e compreender o poder de compra municipal como instrumento de implementação de políticas públicas e desenvolvimento econômico e social.



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES

PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



Local do Evento

HOTEL

Em breve



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



Conteúdo Programático

EIXO 1 – A LEI Nº 14.133/2021 VISTA DA JANELA DO MUNICÍPIO

A heterogeneidade dos Municípios brasileiros e seus reflexos nas contratações públicas;

A Lei nº 14.133/2021 como norma geral e a autonomia regulamentar municipal;

Regulamentar para adaptar: a importância dos decretos municipais;

Municípios de pequeno porte e estruturas administrativas reduzidas;

Governança das contratações aplicada à realidade municipal;

Gestão por competências;

Segregação de funções: finalidade, possibilidades e limites práticos;

Agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio;

Gestores e fiscais de contratos;

Atuação integrada da área demandante, compras, jurídico, controle interno e autoridade competente;

Responsabilidade dos agentes públicos;

LINDB e segurança jurídica das decisões administrativas;

Como evitar que o medo da responsabilização produza burocracia defensiva;

Controle interno como parceiro da gestão e não apenas como instância de fiscalização;

Regulamentação, padronização e utilização de modelos como instrumentos de segurança jurídica.

EIXO 2 – PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES NA REALIDADE MUNICIPAL

Planejar para contratar ou contratar para cumprir o planejamento?

Plano de Contratações Anual – PCA;

Integração entre planejamento, orçamento e contratação;

Documento de Formalização da Demanda – DFD;

Estudos Técnicos Preliminares – ETP;

Termo de Referência e Projeto Básico;

Análise e gerenciamento de riscos;

Diferentes níveis de planejamento conforme a complexidade e o risco da contratação;

Simplificação dos artefatos de planejamento;

Padronização de documentos;

Definição dos quantitativos e memória de cálculo;

Parcelamento do objeto;

Especificação do objeto e prevenção ao direcionamento;

A organização do evento se reserva no direito de realizar, de forma superveniente, alterações na programação. A substituição de palestrante poderá ocorrer em face da indisponibilidade do palestrante/instrutor após a confirmação do convite ou mesmo em razão de caso fortuito ou força maior.



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



Pesquisa de preços: fontes, metodologia e documentação;
O problema da utilização automática das “três cotações”;
Pesquisa direta com fornecedores;
Pesquisa de preços em mercados locais restritos;
Orçamento estimado e orçamento sigiloso;
Planejamento deficiente e seus reflexos na licitação e no contrato;
Planejamento de contratações recorrentes e construção de calendário anual municipal.

EIXO 3 – LICITAÇÕES MUNICIPAIS E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão e concorrência sob a Lei nº 14.133/2021;
Bens e serviços comuns;
Serviços comuns e especiais de engenharia;
Pregão eletrônico no ambiente municipal;
Pregão presencial: possibilidade, motivação e cautelas;
Realidade do mercado local e definição da estratégia da contratação;
Elaboração do edital;
Habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica;
Exigências excessivas e restrição indevida à competitividade;
Participação de ME e EPP;
Análise e julgamento das propostas;
Exequibilidade e inexecuibilidade;
Negociação;
Diligência, saneamento e formalismo moderado;
Amostras, catálogos e prova de conceito;
Recursos administrativos e homologação;
Quando utilizar o Sistema de Registro de Preços – SRP;
Intenção de Registro de Preços – IRP;
Órgão gerenciador, participantes e não participantes;
Formação dos quantitativos;
Ata de Registro de Preços versus contrato;
Contratações decorrentes da ata, remanejamento e adesão – “carona”;
SRP para serviços, obras e serviços de engenharia;
Compras compartilhadas, consórcios públicos e SRP como instrumento estratégico para Municípios de pequeno porte.

EIXO 4 – CONTRATAÇÃO DIRETA MUNICIPAL: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Contratação direta não significa contratação sem processo;
A instrução prevista no art. 72 da Lei nº 14.133/2021;



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



Planejamento, estimativa da despesa, razão da escolha, justificativa do preço, habilitação, parecer jurídico, autorização e publicidade;
Dispensa em razão do valor;
Aferição dos limites, exercício financeiro, unidade gestora e objetos de mesma natureza;
Fracionamento indevido;
Dispensa eletrônica;
Art. 75, §3º, e busca de propostas adicionais;
Quando a disputa eletrônica efetivamente agrega eficiência;
Dispensa emergencial: emergência real, previsível e decorrente de falha administrativa;
Licitação deserta e fracassada;
Contratação de remanescente;
Outras hipóteses recorrentes na Administração Municipal;
Inviabilidade de competição como pressuposto da inexigibilidade;
Fornecedor exclusivo;
Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e notória especialização;
Contratação de artistas;
Aquisição e locação de imóveis;
Credenciamento;
Demonstração da inviabilidade de competição, justificativa do preço e razão da escolha do contratado.

EIXO 5 – AS CONTRATAÇÕES QUE SÓ QUEM VIVE O MUNICÍPIO CONHECE

Locação e aquisição de imóveis;
Artistas, bandas, atrações culturais, festas tradicionais e calendário cultural municipal;
Palcos, sonorização, iluminação e estruturas para eventos;
Combustíveis;
Manutenção da frota municipal, peças automotivas, máquinas e equipamentos;
Medicamentos e insumos de saúde;
Médicos e outros profissionais da saúde;
Consultas, exames, clínicas e laboratórios;
Transporte escolar;
Merenda escolar;
Agricultura familiar e chamada pública;
Material de construção e manutenção predial;
Serviços advocatícios, contábeis e técnicos especializados;
Capacitação e treinamento de servidores;
Internet e telecomunicações;



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



Locação de veículos;
Fornecimento contínuo e entregas parceladas;
Como escolher o modelo de contratação mais adequado para cada realidade.

EIXO 6 – CREDENCIAMENTO E OUTRAS SOLUÇÕES INTELIGENTES

Credenciamento como procedimento auxiliar e sua relação com a inexigibilidade;
Hipóteses do art. 79 da Lei nº 14.133/2021;
Contratação paralela e não excludente;
Seleção a critério de terceiros;
Mercados fluidos;
Edital de credenciamento e cadastramento permanente;
Definição objetiva dos valores e critérios de distribuição da demanda;
Credenciamento na saúde: médicos, clínicas, laboratórios e exames;
Medicamentos;
Oficinas e manutenção de veículos;
Combustíveis;
Outras possibilidades no ambiente municipal;
Pré-qualificação;
Procedimento de Manifestação de Interesse;
Procedimentos auxiliares como instrumentos de eficiência municipal.

EIXO 7 – OBRAS, ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA MUNICIPAL

As obras que fazem parte do cotidiano municipal;
Pavimentação, drenagem, praças, escolas, unidades de saúde e prédios públicos;
Obra versus serviço de engenharia;
Serviço comum e especial de engenharia;
Planejamento das obras municipais;
Estudos, projetos e orçamento;
Projeto Básico e Projeto Executivo;
Responsabilidade técnica;
Regimes de execução;
Concorrência e pregão nos objetos de engenharia;
SRP para obras e serviços de engenharia;
Manutenção predial;
Medição e pagamento;
Alterações contratuais e aditivos quantitativos e qualitativos;
Fiscalização de obras;
Paralisação, abandono e obras inacabadas;



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



Recebimento;
Principais riscos apontados pelos órgãos de controle.

EIXO 8 – RECURSOS FEDERAIS, EMENDAS, CONVÊNIOS E CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS

Contratação municipal com recursos próprios versus recursos transferidos;
Transferências voluntárias;
Convênios e instrumentos congêneres;
Transferências especiais;
Emendas parlamentares;
Contratos de repasse;
Condicionantes impostas pelo instrumento de transferência;
Aplicação da Lei nº 14.133/2021;
Aplicabilidade de normas e instruções federais aos Municípios;
Quando a utilização de recursos da União atrai regras federais específicas;
Necessidade de identificar a origem dos recursos ainda no planejamento;
Compatibilização entre normas municipais e exigências do concedente;
Plataformas e sistemas federais;
Prestação de contas e documentação da contratação;
Riscos de glosa e devolução de recursos;
Responsabilidade dos agentes;
Obras executadas com recursos federais;
Planejamento para evitar perda de recursos e paralisação de políticas públicas.

EIXO 9 – CONTRATAÇÕES SETORIAIS E NOVOS DESAFIOS MUNICIPAIS

Terceirização de serviços no Município;
Serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra;
Planejamento, formação de preços, repactuação e fiscalização trabalhista;
Responsabilidade da Administração, limites e riscos da terceirização;
Serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
Coleta, transporte, tratamento e disposição final;
Contratação administrativa versus concessão de serviços;
Impactos do marco legal do saneamento;
Municípios de pequeno porte, regionalização, consórcios e sustentabilidade econômico-financeira;
Contratação de softwares e sistemas de gestão municipal;
Licenciamento, subscrição, SaaS e serviços em nuvem;
Planejamento das contratações de TIC;



Dependência tecnológica, integração, migração de dados e vendor lock-in;
Segurança da informação e LGPD;
Renovação de licenças e exclusividade em tecnologia;
Serviços de publicidade institucional, publicidade legal e comunicação;
Contratação de agências e particularidades da legislação específica;
Redes sociais, comunicação digital, impulsionamento e plataformas digitais;
Cautelas jurídicas e fiscalização.

EIXO 10 – CONTRATOS, SANÇÕES, DESENVOLVIMENTO LOCAL E ENTREGA DE RESULTADOS

O contrato começa quando a licitação termina;
Formalização dos contratos e instrumentos substitutivos;
Nota de empenho, autorização de compra e ordem de execução;
Vigência versus prazo de execução;
Contratos que atravessam exercícios financeiros;
Serviços e fornecimentos contínuos;
Prorrogações;
Reajuste, repactuação, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro;
Alterações quantitativas e qualitativas;
Recebimento provisório e definitivo;
Gestão, fiscalização e registro das ocorrências;
Pagamento e ordem cronológica;
Inadimplemento e extinção contratual;
Infrações administrativas e sanções;
Processo administrativo sancionador, contraditório, ampla defesa e dosimetria;
O problema municipal do “deixar pra lá” e os riscos da omissão administrativa;
Município como agente de desenvolvimento;
Poder de compra municipal como instrumento de política pública;
LC nº 123/2006 e tratamento favorecido às ME e EPP;
Licitações exclusivas, cotas reservadas e subcontratação;
Prioridade de contratação local e regional nos limites legais;
Desenvolvimento local sem direcionamento;
Parcelamento, requisição mínima, logística e realidade territorial;
Mercado local restrito e competitividade;
Art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e relações de parentesco nos pequenos Municípios;
Compras compartilhadas e consórcios públicos;
Centralização versus descentralização;
Economicidade para além do menor preço;
A contratação pública como instrumento de entrega de resultados à população.



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



METODOLOGIA

- O curso será desenvolvido mediante exposição dialogada, análise da legislação, doutrina especializada, jurisprudência dos Tribunais de Contas e resolução de situações concretas, sempre sob a perspectiva da Administração Pública Municipal.

A abordagem partirá dos problemas para chegar às soluções, evitando a simples reprodução de dispositivos legais. Ao longo dos eixos serão apresentados casos municipais envolvendo situações reais ou simuladas, com identificação de riscos, alternativas procedimentais e construção de soluções juridicamente fundamentadas.

Entre os casos trabalhados poderão ser abordados: mercado local com poucos fornecedores; licitações eletrônicas desertas; emergência de medicamentos; contratação de artistas; locação de imóvel singularmente adequado; credenciamento de profissionais de saúde; manutenção de frota; obras paralisadas; contratação custeada por emendas e transferências; terceirização; softwares; resíduos sólidos; consórcios públicos; segregação de funções em pequenos Municípios; relações de parentesco; contratos que atravessam exercícios financeiros; e processo sancionador.

A LEI É NACIONAL. A CONTRATAÇÃO É LOCAL. A SOLUÇÃO PRECISA CABER NA REALIDADE DO MUNICÍPIO.



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



RESULTADOS ESPERADOS

- Interpretar a Lei nº 14.133/2021 a partir das peculiaridades municipais;
- Estruturar processos de contratação proporcionais ao risco e à complexidade do objeto;
- Planejar adequadamente licitações e contratações diretas;
- Escolher estratégias de seleção compatíveis com o mercado e a realidade local;
- Utilizar adequadamente SRP, credenciamento e demais procedimentos auxiliares;
- Enfrentar contratações municipais de maior complexidade;
- Compreender peculiaridades das contratações financiadas por recursos federais;
- Aprimorar a contratação e fiscalização de obras, terceirizações, tecnologia, saneamento e outros objetos sensíveis;
- Melhorar a gestão e fiscalização contratual;
- Prevenir falhas e responsabilizações;
- Utilizar as contratações públicas como instrumento de desenvolvimento;
- Transformar recursos públicos em resultados concretos para a população.



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO-SP



PROFESSOR



ÍCARO BITAR

Especialista em Direito Administrativo

Advogado e Professor

Mestrando em Direito Administrativo pela Universidade de Buenos Aires.

Professor de Pós-Graduação em Licitações e Contratos.

Pós-graduado em Direito Administrativo, em Direito Eleitoral, em Direito Constitucional e em Licitações Públicas.

Professor de Pós-graduação.

Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP.

Advocacia nas áreas de Direito Eleitoral e Direito Administrativo, atuando também na consultoria jurídica de empresas privadas e prefeituras municipais.

HORÁRIOS

- » **08h00 às 09h00** | Credenciamento (1º dia)
- » **09h00 às 12h00** | Aula
- » **12h00 às 13h00** | Almoço
- » **13h00 às 15h00** | Aula
- » **15h00 às 15h30** | Coffee Break
- » **15h30 às 17h30** | Aula

TREINAMENTO

MASTERCLASS PRESENCIAL

- » 02 dias **(22 e 23/03/27)**
- » em **São Paulo/SP**
- » **hotel** em breve
- » **16 horas** de capacitação



MASTERCLASS

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

22 E 23 | MARÇO | 2027

SÃO PAULO - SP



INSCRIÇÃO

INVESTIMENTO

R\$ 5.470,00 por participante

ESTÁ INCLUSO NO INVESTIMENTO

- » 02 almoços, 02 coffeebreaks;
- » Material didático com conteúdo exclusivo do evento;
- » Livro Digital "LICITAÇÕES & CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – Lei 14.133/21 – LICITAÇÕES – NORMAS CORRELATAS";
- » Certificado geral com carga horária de 16 horas que será disponibilizado através da nossa plataforma: npevents.com.br.

PAGAMENTO

O Pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de Instituto Negócios Públicos do Brasil - Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP - Ltda. (CNPJ 10.498.974/0001-09), no seguinte banco credenciado:



Agência: 1622-5
Conta Corrente: 105678-6

CONTATO

Instituto Negócios Públicos

Telefone: (41) 3778.1887
Whatsapp: (41) 98877.0234

falecom@institutonp.com.br
negociospublicos.com.br

R. Dr. Brasília Vicente de Castro, 111
Campo Comprido | Curitiba/PR
CEP 81.200-526

